

UM ESTUDO DE CASO SOBRE O ENSINO DE VARIAÇÃO LINGUÍSTICA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: ENTRE DESAFIOS E POSSIBILIDADES

A CASE STUDY ON THE TEACHING OF LINGUISTIC VARIATION IN THE ELEMENTARY SCHOOL: BETWEEN CHALLENGES AND POSSIBILITIES

Lucilene Greice Botelho Magalhães¹
Adson Luan Duarte Vilasboas Seba²

Recebimento do Texto: 05/10/2022

Data de Aceite: 04/11/2022

RESUMO: Os documentos que regem a educação brasileira orientam que, desde os anos iniciais, os alunos devem conhecer e valorizar a diversidade linguística do Brasil e da região em que vivem. Sendo assim, o presente artigo visa compreender em que medida cinco pedagogas que ministram aulas no Ensino Fundamental I da Escola Estadual Onça-pintada trabalham as variações linguísticas em suas aulas de linguagem. Para tanto, buscamos subsídio teórico na Sociolinguística Educacional – Martins (2008), Bortoni-Ricardo (2005, 2008) — ciência que busca combater ao preconceito linguístico na escola e valorizar as pluralidades linguísticas. Trata-se de um estudo de caso de abordagem qualitativa amparado na perspectiva do Professor Pesquisador (BORTONI-RICARDO, 2008). Os dados mostraram que as professoras articulam, mesmo que de forma tangenciada, discussões relacionadas às diversidades linguísticas nas suas aulas de linguagem e que há um desalinhamento dos materiais didáticos utilizados pelas docentes com o que recomendam os documentos oficiais.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Fundamental I. Variação linguística e ensino. Anos iniciais.

ABSTRACT: The documents that subsidize Brazilian education guide that, from the early years, students should know and value the linguistic diversity of Brazil and the region in which they live. Therefore, this article aims to understand to what extent five pedagogues who teach classes in Elementary School I at Escola Estadual Onça-pintada contemplate linguistic variations in their language classes. Therefore, we seek theoretical support in Educational Sociolinguistics – Martins (2008), Bortoni-Ricardo (2005, 2008), — a science that seeks to combat linguistic prejudice at school and value linguistic pluralities. This is a case study with a qualitative approach supported by the Research Professor's perspective (BORTONI-RICARDO, 2008). The data showed that the teachers articulate, even if tangentially, discussions related to linguistic diversities in their language classes and that there is a misalignment of the teaching materials used by the teachers with what the official documents recommend.

KEYWORDS: Elementary School I. Linguistic variation and teaching. Elementary School.

1 Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Graduada em Letras - Português e suas respectivas Literaturas pela UNEMAT.E-mail: lucilene.greice@unemat.br

2 Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, vinculado à linha de pesquisa: Estudo de Processos de Práticas Sociais da Linguagem. Mestre em Linguística pela mesma instituição. E-mail: adson.seba@unemat.br

Introdução

Esta pesquisa se insere na área da Sociolinguística Educacional e estabelece diálogos transdisciplinares com a Linguística Aplicada ao ensino de línguas. Neste estudo, concebemos a língua como “heterogeneidade sistemática”, o que permite a identificação e demarcação de diferenças sociais na comunidade, tornando-se parte da competência linguística dos indivíduos, que compreende o domínio de estruturas heterogêneas (WEINREICH; LABOV; HERZOG, 2006, p. 101). Nesse contexto, acreditamos que, assim como a investigação da influência dos aspectos linguísticos e socioculturais nas línguas, é urgente uma atenção especial à variação e diversidade linguística na escola.

Nessa ótica, nosso objetivo é refletir sobre alguns aspectos do ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais, com base na sociolinguística educacional, pois essa ciência considera que a variação não deve ser confundida com erros de ortografia. Assim, com base em Bortoni-Ricardo (2005), acreditamos que os desvios de ortografia ocorrem devido à falta de contato do falante com as formas escritas, ou seja, com as regras gramaticais de ortografia das palavras. Para a autora, a ortografia é uma norma, enquanto a variação é um fenômeno da língua.

Com base nisso, este estudo foi motivado pelas experiências de um dos autores, como professora pedagoga da educação básica lotada no município de Cáceres-MT, e pelas discussões promovidas na disciplina intitulada Tópicos em Sociolinguística do Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade do Estado de Mato Grosso no semestre 2022/01. Durante essa oportunidade, observamos a escassez de reflexões nos materiais didáticos dos anos iniciais e nas formações continuadas oferecidas pela escola e pela Diretoria Regional de Ensino (DRE) sobre as variações e diversidades linguísticas. Diante desse cenário, nosso objetivo é compreender em que medida os professores pedagogos que ministram aulas no Ensino Fundamental I da Escola Onça-pintada³ abordam as variações linguísticas em suas aulas de linguagem. Para tanto, nos debruçamos em algumas questões norteadoras:

3 O nome verdadeiro da escola foi mantido em sigilo conforme as recomendações éticas, portanto, adotamos o nome fictício “Escola Onça-pintada”

- Qual é a concepção de “erro” para esses professores nas aulas de linguagem?
- Qual é o papel do pedagogo diante da diversidade linguística do aluno no Ensino Fundamental I?
- Em que medida as variações linguísticas são contempladas nas aulas desses professores?

Esta proposição é respaldada por discussões realizadas sobre o ensino das variações linguísticas na escola, citando autores como Martins (2008), Bortoni-Ricardo (2005, 2008), entre outros. No entanto, é importante ressaltar que ainda são poucas as reflexões sobre a diversidade linguística nos anos iniciais. Nessa perspectiva, partimos do pressuposto de que todas as variantes linguísticas são significativas no processo de comunicação interpessoal, tanto presencialmente quanto à distância, por parte dos indivíduos que as utilizam (OLIVEIRA; ANTUNES, 2021), e não devem ser negligenciadas no contexto escolar. Concordamos com Etto e Carlos (2017, p.719) quando afirmam que “toda língua falada apresenta variações decorrentes da heterogeneidade presente nos fenômenos linguísticos, as quais são identificadas e analisadas por meio de pesquisas de campo, em que o sociolinguista registra, descreve e analisa sistematicamente.”

Com base nessas considerações conceituais, este trabalho se divide em quatro partes: a primeira busca conceituar a língua enquanto dinâmica e em movimento, sobretudo, indissociável da sociedade e do falante. A segunda parte apresenta como o reconhecimento das variações linguísticas são recomendadas no ensino de Língua Portuguesa — anos iniciais— nos documentos que regem a educação brasileira. Na terceira parte, descrevemos o procedimento metodológico adotado nesta pesquisa baseado na proposta de Bortoni-Ricardo (2008) sobre o professor-pesquisador e, por fim, na última parte analisamos os dados coletados sob à luz da sociolinguística educacional.

A língua em movimento e o seu papel social

Nada é permanente, exceto a mudança.
(Heráclito de Éfeso, 500 a. C)

A epígrafe utilizada para iniciar esta seção é atribuída ao filósofo Heráclito de Éfeso, pai da dialética, que viveu cerca de 500 anos antes de Cristo. A asserção ilustra como a preocupação perante a mudança é motivo de debates desde a antiguidade. Hodiernamente, vivenciamos um processo acelerado de mudanças sociais, políticas, econômicas, tecnológicas e linguísticas. Nesse sentido, torna-se relevante a discussão sobre a mutabilidade da língua e suas implicações nas práticas sociais, principalmente, nas escolares. As línguas se modificam porque a sociedade está em movimento e isso se dá, pois, “ a vida contemporânea está mudando em muitos aspectos e isso impacta a linguagem e as práticas comunicativas. ” (BARTON; LEE, 2015, p.12). Nesse contexto, é possível dizer que a sociedade só existe na e pela língua (gem), que tem:

um papel importante nessas mudanças contemporâneas, que são, antes de tudo, transformações de comunicação e de construção de sentidos. A linguagem é essencial na determinação de mudanças na vida e nas experiências que fazemos. Ao mesmo tempo, ela é afetada e transformada por essas mudanças. (BARTON; LEE, 2015, p.13).

Conforme os autores, as mudanças linguísticas e sociais são eventos concomitantes que são energizados pela vida em sociedade. Isso nos remete ao que defende Calvet (2002, p.12), quando advoga que “as línguas não existem sem as pessoas que as falam, e a história de seus falantes”. Em outros termos, a língua é, conforme William Labov (2010), um fato social exterior ao indivíduo e existente na comunidade de fala. Para ele, se a língua é um fato social, logo, a linguística então só pode ser uma ciência de ordem social e isso implica dizer que a sociolinguística é a linguística.

Diante dessa realidade, é pertinente destacar que o desenvolvimento e a promoção de uma abordagem social da linguagem, capaz de correlacionar a

variação e a mudança linguística com a estratificação social, são méritos atribuídos a William Labov. Segundo Silva e Milani (2013), ao propor uma abordagem social da linguagem, Labov desenvolveu uma metodologia de estudo linguístico de caráter empírico-objetivo, apoiada por análises estatísticas que ainda hoje embasam estudos que correlacionam língua e sociedade.

De maneira análoga, Etto e Carlos (2017,p.719) afirmam que cada vez mais a relação entre língua e sociedade é aceita por muitos pesquisadores que se dedicam ao estudo da língua(gem) e, apesar de algumas teorias compartilharem interpretações distintas dos fenômenos linguísticos, ora os aproximando, ora os distanciando de sua relação com fatores sociais, a sociolinguística tem comprovado ser inegável a relação entre língua e sociedade, sendo, portanto, “imprescindível o entendimento desse vínculo quando se discute o fenômeno linguístico”.

Nesse sentido, reconhecemos que na sociedade, a língua está sujeita a mudanças ao longo do tempo e apresenta diferenças de uso em relação ao local ou à situação em que os falantes se encontram. Sob esta égide, Labov (2008, p.21) afirma que “não se pode entender o desenvolvimento de uma mudança linguística sem levar em conta a vida social da comunidade que ela ocorre”. A partir dessa perspectiva, é importante ressaltar que a Sociolinguística se dedica ao estudo da língua falada, sendo observada, descrita e analisada em seu contexto real. Isso ocorre porque em qualquer comunidade em que um falante esteja inserido, sempre haverá variações linguísticas, ou seja, uma língua é representada por um conjunto de variedades. Assim sendo, convém destacar o que afirma Coelho *et al.* (2018, p. 16, grifos nossos) sobre a língua em movimento. Para ele:

A variação linguística é o processo pelo qual duas formas podem ocorrer no mesmo contexto com o mesmo valor referencial/representacional, isto é, com o mesmo significado [...] A variação é inerente às línguas, e não compromete o bom funcionamento do sistema linguístico nem a possibilidade de comunicação entre falantes – **o que podemos perceber quando observamos que as pessoas à nossa volta falam de maneiras diferentes, mas sempre se entendendo perfeitamente.**

Por esse ponto de vista, verificamos que não há uma relação de prestígio entre as variações linguísticas, uma vez que elas não comprometem o

funcionamento do sistema linguístico nem as práticas comunicativas. Nessa perspectiva, torna-se pertinente expandir essa discussão no contexto das práticas de ensino da linguagem, pois em uma sala de aula, encontramos diversos alunos com suas culturas, crenças, histórias e modos diversificados de se expressar.

Com base nisso, os documentos oficiais que regem a educação brasileira têm destacado a importância de considerar a relação indissociável entre língua e sociedade por meio de orientações sobre as práticas pedagógicas no ensino da língua. Portanto, a seguir, exploraremos os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, com foco nas recomendações relacionadas ao ensino da língua materna, a fim de identificar em que medida as orientações contemplam a diversidade linguística.

Como as variações linguísticas estão articuladas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental?

Alguns estudiosos da sociolinguística, como Bagno (2013) e Faraco (2017), defendem a necessidade de uma reeducação sociolinguística e/ou uma pedagogia da variação linguística para que o estudo da língua em movimento ocorra de forma efetiva na escola e, conseqüentemente, contribua para a compreensão e o respeito pela existência das diversidades linguísticas. Essas discussões têm sido incorporadas nas práticas de ensino de Língua Portuguesa à medida que são institucionalizadas nos documentos oficiais.

A variação linguística começou a ser mencionada nos documentos oficiais brasileiros a partir dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997; 1998) e, mais recentemente, na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2018). Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) são orientações criadas pelo Governo Federal com o objetivo de direcionar os professores por meio da regulamentação de aspectos essenciais referentes a cada disciplina. Eles têm como meta garantir aos estudantes o direito de adquirir os conhecimentos necessários para o exercício da cidadania e servem como guias para as práticas de ensino na rede pública e privada.

Os PCNs compreendem que a aprendizagem da linguagem ocorre por meio do uso que fazemos dela, na interação com o outro. Segundo as orientações

para o ensino de Língua Portuguesa, há muitas variedades dialetais no Brasil. Com base nisso, identifica-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam (PCNs, 1997, p.26). Por exemplo, a pesquisa de Karim (2004, p.7) reconheceu que a variação de concordância de gênero na fala cacerense é um fato comum nessa comunidade “e se correlaciona de maneira significativa a fatores extralingüísticos, em especial a idade e a escolaridade.” Sendo assim, na condição de professores, temos percebido esses traços na fala dos alunos do Ensino Fundamental I que são, por sua vez, elementos de suas identidades.

Ao nos debruçarmos sobre os objetivos gerais da disciplina de Língua Portuguesa no referido documento, identificamos uma preocupação com a abordagem da variação linguística, como se pode ver a seguir:

Para que essa expectativa se concretize, o ensino de Língua Portuguesa do Ensino fundamental 1, deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

- utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da **variedade lingüística valorizada socialmente**, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam;
- conhecer e respeitar as diferentes **variedades lingüísticas do português falado**;
- compreender os textos orais e escritos com os quais se defrontam em diferentes situações de participação social, interpretando-os corretamente e inferindo as intenções de quem os produz;
- conhecer e analisar criticamente **os usos da língua** como veículo de valores e preconceitos de classe, credo, gênero ou etnia. (BRASIL, 1997, p.33, grifos nossos).

A partir da leitura dessas recomendações, percebemos que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) para o ensino de Língua Portuguesa (BRASIL, 1997) reconhecem a diversidade linguística existente no Brasil. No entanto, há um posicionamento equivocado em relação ao prestígio atribuído a essas variantes. De acordo com o documento, os alunos devem aprender diferentes formas linguísticas, especialmente “as mais formais da variedade linguística valorizada”. No entanto, a sociolinguística não adota a valoração nem diferencia as variações linguísticas com base em seu *status*. Pelo contrário, essa área de estudo afirma que

existem contextos tanto formais quanto informais de uso da língua, e ambos são valorizados.

Encontramos, entretanto, um paradoxo no documento. Pois, ao mesmo tempo em que afirma que há variedades mais prestigiadas e que devem ser ensinadas nas escolas assim como as variedades mais informais, destaca que certos estereótipos perduram nas escolas em relação às “variedades linguísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas” (BRASIL, 1997, p. 26). Nessa ótica, o documento defende que não há um falar certo ou errado, mas é importante que o aluno saiba adequar a linguagem em determinadas situações discursivas, porém, julga essas diversidades como “variedade valorizada socialmente” ou não. Partindo disso, acreditamos que uma das funções da escola é preparar os alunos para serem capazes de adaptar-se às práticas sociais e de linguagem e reconhecer que todas as manifestações da língua são importantes para a vida em sociedade.

Na próxima seção, apresentaremos as considerações da Base Nacional Comum Curricular no que diz respeito às variações linguísticas.

A diversidade linguística na Base Nacional Comum Curricular: panorama geral

Atualmente, tanto as instituições de ensino públicas quanto as privadas estão adaptando seus currículos de acordo com as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual estabelece um conjunto de competências gerais que todos os alunos devem desenvolver ao longo da Educação Básica (BRASIL, 2018). De acordo com esse documento:

O componente Língua Portuguesa da BNCC dialoga com documentos e orientações curriculares produzidos nas últimas décadas, buscando **atualizá-los** em relação às pesquisas recentes da área e às transformações das práticas de linguagem ocorridas neste século, devidas em grande parte ao desenvolvimento das tecnologias digitais da informação e comunicação (TDIC). Assume-se aqui a perspectiva enunciativo-discursiva de linguagem, já assumida em outros documentos, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), para os quais a linguagem é “uma forma de ação interindividual orientada para uma finalidade específica; um

processo de interlocução que se realiza nas práticas sociais existentes numa sociedade, nos distintos momentos de sua história.” (BRASIL, 1998, p. 20; 2018, p.67, grifos nossos).

Nesse sentido, verificamos que há um diálogo entre a BNCC e os PCNs, pois ambos adotam uma perspectiva enunciativo-discursiva da linguagem. Essa abordagem permite uma participação significativa e crítica nas diversas práticas sociais de linguagem, que se manifestam tanto na oralidade quanto na escrita, entre outras formas de comunicação. Ademais, a BNCC orienta que:

Cabem também **reflexões** sobre os fenômenos **da mudança linguística** e da **variação linguística**, inerentes a qualquer sistema linguístico, e que podem ser observados em quaisquer níveis de análise. Em especial, as variedades linguísticas **devem ser objeto de reflexão** e o valor social atribuído às variedades de prestígio e às variedades estigmatizadas, que está relacionado a preconceitos sociais, deve ser tematizado. (BRASIL, 2018, p.81, grifos nossos)

Como pode ser observado, a BNCC faz referência à existência de variedades linguísticas prestigiadas e outras estigmatizadas, além de reconhecer a existência do preconceito linguístico, que deve ser discutido. Esse preconceito reflete uma comparação inadequada entre um modelo idealizado de língua presente em gramáticas normativas e dicionários, e as formas de falar das pessoas nas práticas sociais (BAGNO, 2004). O autor sugere que esse preconceito:

[...] se baseia na crença de que **só existe, uma única língua portuguesa digna de ser aceita**, ensinada nas escolas, explicada nas gramáticas normativas e catalogadas nos dicionários e qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é considerada, sob a ótica do preconceito linguístico, errada, feia, estropiada, rudimentar, deficiente. (BAGNO, 2004, p. 38, grifos nossos).

Assim, a BNCC valoriza a diversidade linguística e afirma que as práticas de preconceito linguístico não devem ser toleradas. De acordo com Pereira e Patriota (2018), no componente curricular de Língua Portuguesa, o trabalho com a variação linguística é destacado como um dos seis objetivos gerais da Educação

Básica. Para as autoras, este falar é assegurado e ressaltado como um direito de aprendizagem, como se verifica a seguir:

Compreender que a variação linguística é um fenômeno que constitui a linguagem, reconhecendo as relações de poder e as formas de dominação e preconceito que se fazem na e pela linguagem e refletindo sobre as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, assim como reconhecer e utilizar estratégias de marcação do nível de formalidade dos textos em suas produções. (BRASIL, 2018, p.98).

Conforme podemos notar no excerto, o documento reconhece a variação linguística enquanto fenômeno inerente à língua e, dentre suas várias recomendações, ressalta as relações entre fala e escrita em diferentes gêneros, isto é, a adequação linguística de acordo com o contexto internacional da linguagem. Nessa senda, a variação linguística desempenha um papel crucial na escola, pois contribui para a promoção da inclusão, combate à discriminação e amplia as habilidades comunicativas dos estudantes. Ao reconhecer a diversidade linguística e fomentar a reflexão crítica sobre as relações de poder na linguagem, a escola se torna um ambiente propício para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, respeitosos e aptos a se comunicarem em diferentes contextos.

Como as variações linguísticas estão articuladas na Base Nacional Comum Curricular do ensino fundamental?

São diversas as orientações para o reconhecimento das variações linguísticas no ensino fundamental. A BNCC aborda esse tema nos campos de atuação, assim como nos objetos de conhecimento relacionados à prática de linguagem análise linguística/semiótica, bem como no tratamento das práticas orais e nas relações entre a fala e a escrita. Conforme o documento, os alunos dos anos iniciais devem “refletir sobre as variedades linguísticas, adequando sua produção a esse contexto” (BRASIL, 2018, p. 80). Nesse sentido, os alunos do 1.º ao 5.º ano do Ensino Fundamental precisam experienciar a língua real, em movimento, tal como ela se manifesta nas práticas sociais e de linguagem. Portanto, a Base é categórica ao recomendar que esses estudantes devem “compreender o

fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.” (BRASIL, 2018, p. 87, grifo nosso).

Nessa direção, um estudo realizado por Moura *et al.* (2022) identificou que a BNCC, no que diz respeito aos dois primeiros anos dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, sugere a articulação da diversidade linguística ao processo de alfabetização, complementado pela ortografização nos anos posteriores. Entre a construção desses conhecimentos estão “as relações entre a variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística).” (BRASIL, 2018, p. 91). Conforme a BNCC, as discussões sobre a variação linguística e as variedades linguísticas, estão categorizadas a partir do 3.º ano. Conforme a análise de Moura, *et al.* (2022) sobre esse documento, em todo o texto direcionado para os Anos Iniciais, apenas quatro habilidades em um conjunto de oitenta e uma, contemplam a diversidade linguística, a saber: EF35LP11, EF35LP21, EF35LP22, EF35LP30.

Nesse sentido, a habilidade EF35LP11 da BNCC menciona contextos nos quais o professor pode trabalhar as variedades linguísticas, como as características regionais rurais e urbanas. Essa habilidade também destaca que o uso de variedades linguísticas varia de acordo com os grupos sociais. No entanto, as habilidades EF35LP22 e EF35LP30 não são específicas para o tratamento das variedades linguísticas. A variação linguística é abordada em conexão com outros objetos de conhecimento, como verbos de enunciação e discurso direto, entre outros (MOURA *et al.* 2022). Os autores afirmam que, caso o professor não esteja atento a esses tópicos, a variação linguística pode não ser abordada ao longo das aulas. A habilidade EF05LP21 é específica para o 5º ano. Nessa habilidade, o trabalho com a variação linguística é articulado com outros objetos de conhecimento, como padrão entonacional, expressão facial e corporal. Por isso, Moura *et al.* (2022) enfatizam que o professor deve observar cuidadosamente ao aplicar as atividades, levando em consideração as necessidades da turma.

Entretanto, Moura *et al.* (2022) perceberam que a BNCC não oferece especificações que orientem os professores dos anos iniciais a compreender os modos de uso da linguagem pelos alunos nesses primeiros anos, por exemplo, as variantes linguísticas utilizadas em casa, as variações linguísticas usadas na escola e as modificações linguísticas ao vivenciar outras interações. Sendo assim,

para os autores, o trabalho com a diversidade linguística só acontecerá se os documentos curriculares dos estados realocarem as habilidades nos campos de atuação e no decorrer dos anos letivos. Com base nisso, vejamos a seguir o que diz o Documento de Referência curricular para Mato Grosso Anos Iniciais/ DRC-MT. Trata-se de um material que visa alinhar os currículos das escolas matogrossenses às orientações instituídas pela BNCC.

Ao inspecionar o documento, identificamos que há apenas duas menções ao trabalho com a diversidade linguística. Trata-se de uma competência e uma habilidade da área de Língua Portuguesa. Atentemo-nos primeiro ao que recomenda a competência 10, que assegura que os alunos possam “compreender o fenômeno da variação linguística, demonstrando atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitando preconceitos linguísticos.” (MATO GROSSO, 2021 p.56). Com base nessa competência, os alunos precisam respeitar as diferenças linguísticas presentes na sala de aula. No que diz respeito à habilidade mencionada, trata-se da EF35LP11, também recomendada na BNCC, que diz:

(EF35LP11) ouvir gravações, canções, textos falados em diferentes variedades linguísticas, identificando características regionais, urbanas e rurais da fala e respeitando as diversas variedades linguísticas como características do uso da língua por diferentes grupos regionais ou diferentes culturas locais, rejeitando preconceitos linguísticos. (MATO GROSSO, 2021, p.71).

Como se pode perceber, a recomendação do DRE-MT mantém o foco no combate ao preconceito linguístico e, assim como a BNCC, não mostra ao professor como deve explorar o trabalho com a diversidade linguística, ficando, portanto, a critério do educador promover atividades relacionadas à temática conforme julgar pertinente. Dadas essas considerações conceituais, a seguir, ilustramos a metodologia que sustentou esta pesquisa.

Metodologia

Esse estudo está amparado na abordagem qualitativa/interpretativista

do “professor pesquisador” proposta por Bortoni-Ricardo (2008) quando diz que é impossível observar o mundo independente das práticas sociais e significados vigentes. A partir dessa proposição, consideramos que o professor pesquisador é aquele que reflete sobre a própria prática e busca reforçar e desenvolver aspectos positivos com vistas a superar deficiências e aprimorar sua prática pedagógica.

Sendo assim, essa investigação também se configura como um Estudo de Caso que é conforme Paiva (2019, p. 65) “[...] uma categoria de pesquisa que investiga um caso particular constituído de um indivíduo ou de um grupo de indivíduos em um contexto específico”, como é o caso da presente pesquisa, dado que envolve cinco professores que trabalham nas séries iniciais do Ensino Fundamental I na Escola Onça-pintada. De acordo com Yin (2001), esse tipo de pesquisa é uma observação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos. O estudo de caso, conforme mencionado pelo autor, direciona o foco para uma situação tecnicamente única, na qual há muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados disponíveis.

Contexto da pesquisa e participantes

Participaram deste estudo cinco professoras da Escola Estadual Onça-pintada, identificadas como A, B, C, D e E. Abaixo está o quadro que apresenta o perfil das participantes:

Tabela 01: Perfil dos participantes.

Informações	Professor A	Professor B	Professor C	Professor D	Professor E
Gênero	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino
Cor	Parda	Pardo	Parda	Branca	Pardo
Idade	25 a 34 anos	35 a 44 anos	35 a 44	45 a 54	45 a 54
Titulação	Especializado	Mestre	Graduado	Especialista	Especialista
Tempo de trabalho no Ensino Fundamental.	1 a 5 anos	10 anos ou mais	1 a 5 anos	10 anos ou mais	6 a 10 anos

Fonte: elaborado pelos autores (2022)

O perfil dos participantes é diversificado. Das cinco professoras envolvidas, quatro são pardas e uma é branca. Quanto à faixa etária, duas professoras têm entre 45 e 54 anos, duas têm entre 35 e 44 anos, e uma participante está na faixa de 25 a 34 anos. Em relação à formação, três são especialistas, uma é mestra e uma é graduada. Quanto ao tempo de experiência no ensino fundamental, duas professoras possuem 10 anos ou mais de atuação, enquanto duas têm de 1 a 5 anos de serviço. Por fim, uma professora relatou ter entre 6 e 10 anos de experiência.

Coleta dos dados

Os dados foram coletados por meio de um questionário composto por 8 questões objetivas e 6 questões discursivas, totalizando 14 questões. O questionário foi impresso e entregue às professoras na escola.

Cuidados éticos

Em atendimento à resolução 510 de 7 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Ética e Pesquisa do Ministério da Educação, preservamos a identidade da escola e de todos os participantes da pesquisa. A escola, como já apontado, foi nomeada ficticiamente como Escola Onça-pintada e os nomes dos professores estão representados por letras.

Análise dos dados

Antes de analisar em que medida o trabalho com a diversidade linguística ocorre no contexto das professoras da Escola Onça-pintada, buscamos compreender se elas receberam embasamento teórico-metodológico durante o curso de Pedagogia para a abordagem desse conhecimento em suas aulas. De acordo com os dados coletados, todas as professoras tiveram acesso a essas discussões. Esse resultado é um ponto importante destacado na pesquisa, pois reforça o reconhecimento e a valorização das diferentes variedades linguísticas, as quais devem ser trabalhadas desde as séries iniciais, conforme indicam os documentos

orientadores. Dadas essas considerações, questionamos as professoras sobre o que elas compreendiam a respeito das variações linguísticas. A seguir, apresentamos algumas das respostas obtidas:

Excerto #1

São mudanças que vão surgindo na língua ao longo do tempo, devido à cultura, a região, o convívio social. (Professora A - informação verbal)

Excerto #2

Compreendo a variação linguística como um fenômeno que ocorre por mudanças no uso cotidiano do falar, modificando-se em cada região. (Professora B - informação verbal)

Excerto #3

É a variação que ocorre na língua falada devido à região. Que tenha o mesmo idioma com palavras faladas, sotaques e vocabulário. (Professora C - informação verbal)

Excerto #4

As variações da língua, de acordo com as regiões do país. Mesmo que falando a mesma língua, existem variações de palavras e expressões. (Professora D - informação verbal).

Excerto #5

A variação linguística analisa diferentes modos em que é possível expressar-se em uma língua. A mesma sofre transformações de acordo com a região, cultura, época e contexto. (Professora E - informação verbal).

Conforme evidenciado nos excertos, todas as professoras definem o fenômeno da variação linguística com base em seus conhecimentos adquiridos durante a graduação e em suas práticas pedagógicas. A partir das respostas, podemos observar que as professoras A, B e E reconhecem a existência das “variações diastráticas”, ou seja, aquelas que são percebidas com base nos grupos sociais envolvidos. Esse aspecto fica evidente quando a Professora A afirma que “as mudanças ocorrem devido à cultura, [...] convívio social”. Além disso, a professora B acrescenta que as mudanças acontecem no uso cotidiano da fala. Por fim, a Professora E conclui mencionando que as variações ocorrem devido à “cultura”. É importante destacar que as variações linguísticas mencionadas pelas professoras

não dependem da região em que o falante reside, mas sim dos grupos sociais dos quais ele faz parte. Essas variedades são recorrentes em centros urbanos, onde as pessoas se dividem em grupos com base em interesses comuns, como classe social, idade, nível de escolaridade, gênero, entre outros (BERALDO, 2022). Esse é um elemento importante a ser considerado ao pensar na sala de aula, pois ela é composta por uma heterogeneidade social latente.

Além disso, todas as professoras reconheceram a existência das “variações diatópicas”, que são aquelas relacionadas ao local em que a língua é desenvolvida, como as variações entre o português do Brasil e de Portugal. Essas variantes são comumente percebidas por meio de dois fatores: sotaque e regionalismo. Conforme Beraldo (2022), o sotaque é um fenômeno fonético no qual pessoas de uma determinada região pronunciam certas palavras ou fonemas de forma característica. Já o regionalismo é um fenômeno relacionado ao léxico, envolvendo a existência de palavras ou expressões típicas de uma determinada região.

Entretanto, observamos que nas respostas das Professoras C e D há uma definição limitada da variação linguística, uma vez que elas destacam apenas o aspecto diatópico. A Professora C afirma que as variações linguísticas ocorrem “devido à região” e podem apresentar diferenças em “palavras faladas, sotaques e vocabulário”. Da mesma forma, a Professora D reconhece que as variações ocorrem conforme “as regiões do país” e que “existem variações de palavras e expressões”. Com base nessas informações e levando em consideração as poucas orientações metodológicas da BNCC e do DRE-MT, inferimos que essa visão reducionista do fenômeno da variação linguística pode afetar as práticas de ensino dessas professoras, uma vez que elas não associaram em sua definição as características temporais e diastráticas.

Por outro lado, as Professoras A e E também demonstram conhecimentos sobre a existência de variações diacrônicas, que são aquelas que ocorrem ao longo da história da língua, desde o português do Brasil colonial até chegar ao português atual. A Professora A revela que as variações são “mudanças que vão surgindo na língua ao longo do tempo”, enquanto a Professora E acrescenta que a variação ocorre de acordo com a “época”. É importante destacar que a Professora E também menciona as variações diafásicas, que são aquelas que ocorrem de acordo com o contexto ou situação em que ocorre o processo comunicativo. Assim, ela foi

a única que apresentou uma definição ampla sobre o fenômeno linguístico da variação.

É válido ressaltar que, ao definirem as variações linguísticas, as professoras sinalizaram a maneira como as concebem e, possivelmente, como as articulam em suas práticas de ensino, de acordo com os seus entendimentos. Para dar continuidade ao processo investigativo, questionamos as professoras se elas trabalham as diversidades linguísticas em suas aulas:

Excerto #6

Sim, trabalhamos na aula de história sobre a cultura de Mato Grosso aprendendo o linguajar das diversas regiões de Mato Grosso. (Professora A - informação verbal)

Excerto #7

Sim, trazendo materiais, gibis, cantigas populares que demonstram essa variedade de falas e a própria fala dos alunos. (Professora B - informação verbal)

Excerto #8

Não. (Professora C - informação verbal)

Excerto #9

Apenas de forma oral e lúdica, visto que a minha turma é de alfabetização. (Professora D - informação verbal)

Excerto #10

Sim, através de produções textuais, a linguagem formal e informal (gírias, diálogos nas redes sociais). Nos dialetos regionais (costumes, tradições, cultura). (Professora E - informação verbal)

A partir dessas informações, constatamos que, das cinco professoras entrevistadas, apenas a Professora C não trabalhou as variações linguísticas com suas turmas, sem apresentar justificativas para tal. Além disso, observamos que a compreensão da Professora A sobre as variações linguísticas afeta suas práticas de

ensino. Segundo ela, as variações ocorrem “ao longo do tempo, devido à cultura, à região, ao convívio social”. Em suas aulas de história, ela aborda a diversidade linguística, ressaltando as diferentes formas de falar presentes na cultura de Mato Grosso, que se diferenciam entre as regiões. Como se pode ver, a docente trabalha de maneira interdisciplinar e em um contexto real a diversidade linguística e materializa o que recomenda a BNCC, quando afirma que a comunidade escolar — sobretudo, o professor — deve “decidir sobre formas de organização interdisciplinar dos componentes curriculares.” (BRASIL, 2018, p.16).

No Excerto #7, verificamos que a Professora B articula o trabalho com as variações linguísticas também atrelada à sua definição anteriormente fornecida sobre o fenômeno, tendo em vista que para ela, variações são “mudanças no uso cotidiano do falar”. A partir disso, ela busca nos gêneros discursivos orais, como as “cantigas populares” demonstrar a variedade presente na fala, especificamente, na fala de seus alunos. O trabalho da docente ampara-se na habilidade EF02LP12 da BNCC que recomenda que os alunos devem “ler e compreender com certa autonomia cantigas, letras de canções, dentre outros gêneros do campo da vida cotidiana, considerando a situação comunicativa.” (BRASIL, 2018, p.103. ” A docente também desenvolve um trabalho que reflete as recomendações de Bortoni-Ricardo (2005) quando diz que o professor da área de linguagens precisa trabalhar os níveis de uso da língua, bem como suas formas de realização, do coloquial ao formal, os traços contínuos e descontínuos. (BORTONI- RICARDO, 2005).

Assim como a Professora B, a Professora D também explora a oralidade em suas aulas e trabalha as variações linguísticas de forma lúdica, mas não explica de que maneira. Entretanto, ela está amparada pelo que recomenda a BNCC, quando diz que desde a Educação Infantil, os estudantes “expressam percepções simples, mas bem definidas, de sua vida familiar, seus grupos e seus espaços de convivência[...] fazem relatos orais e revisitam o passado por meio de jogos, cantigas e brincadeiras[...]” (BRASIL, 2018, p. 354, grifos nossos). Além disso, a professora D reforça na prática as discussões de Marcuschi (2003) quando diz que o estudo da oralidade destaca a contribuição da fala na formação cultural e na preservação de tradições não escritas que ainda persistem mesmo em culturas em que a escrita já entrou de forma decisiva.

Diferentemente das Professoras B e D, a Professora E aborda as variações linguísticas em suas aulas por meio de leitura e produção textual. Ela trabalha tanto os contextos formais quanto informais da linguagem, incluindo gírias, diálogos em redes sociais e dialetos regionais (costumes, tradições, cultura), assim como mencionado pela Professora A. É evidente que, tanto na fala quanto na escrita, as professoras não se limitam apenas aos aspectos lexicais ou morfológicos (BORTONI-RICARDO, 2005), mas consideram a língua como um meio de promover interações sociais e produzir significados. Por conseguinte, buscamos entender como as professoras participantes da pesquisa concebem o conceito de “erro” nas aulas de linguagem:

Excerto #11

Quando o modo de falar ou escrever não está de acordo com a norma culta. Não existe erro na linguagem, e sim o “erro gramatical”. (Professora A - informação verbal)

Excerto #12

Acredito que o erro está na falta de consciência fonológica e percepção do erro ortográfico, pois quando a criança entende essa diferença, para ela está *ok*. (Professora B - informação verbal)

Excerto #13

Não respondeu. (Professora C - informação verbal)

Excerto #14

Apenas a construção da linguagem formal. Ainda estão (os alunos) em processo de construção da fala, da conversação, de ampliação do vocabulário. (Professora D - informação verbal)

Excerto #15

Não podemos pensar na língua enquanto algo que encaixa entre “certo” e “errado”, pois há diferenças na variedade do português, onde deve ser considerado o contexto e o seu valor. (Professora E - informação verbal)

Percebemos nos excertos uma divergência de posicionamentos em relação ao conceito de erro. A Professora E argumenta que não se deve pensar na língua em termos de “certo” e “errado”, pois existem diferentes manifestações linguísticas que têm seus valores e devem ser usadas em contextos específicos. Isso está alinhado com o que Bortoni-Ricardo (2005) afirma, pois para ela, na língua oral, o indivíduo tem acesso à variação e deve aprender, na escola e na vida, a escolher a variante adequada para cada contexto de uso. Por outro lado, a Professora A reconhece que “não há erros na linguagem”. No entanto, para ela, existem erros quando a forma de falar ou escrever não corresponde à norma culta. Nas entrelinhas, ela considera que existem erros no ensino da língua relacionados ao “modo de falar” e também à escrita, que são considerados por ela como “erros gramaticais”. Ao superestimar a existência de uma norma culta, ou seja, uma variante próxima à gramática normativa que sustenta a variante “padrão”, ela considera todas as outras manifestações linguísticas como incultas, ou seja, sem prestígio.

Essa afirmação cria um paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que ela inclui os diversos falares mato-grossenses em suas aulas de história e reconhece que a língua muda com o tempo, ela interpreta as variações manifestadas por seus alunos como “erros”, o que nos leva a inferir que ela os corrigirá, limitando assim suas práticas linguísticas.

Na mesma linha de raciocínio, a Professora B também aborda a questão do erro. Para ela, “o erro está na falta de consciência fonológica e percepção do erro ortográfico”. É válido considerar as questões gramaticais na escrita, uma vez que essa modalidade comunicativa, na maioria das vezes, deve seguir a norma padrão, dependendo dos gêneros discursivos envolvidos. No entanto, a docente relaciona o erro à consciência fonológica, que, conforme Bryant e Bradley (1985), é um conjunto de habilidades que envolvem desde a percepção global do tamanho da palavra e semelhanças fonológicas entre as palavras até a segmentação e manipulação de sílabas e fonemas.

Essa consciência fonológica se desenvolve gradualmente à medida que a criança adquire conhecimento do sistema sonoro da língua, ou seja, das palavras, sílabas e fonemas como unidades identificáveis (CAPOVILLA; CAPOVILLA, 2000). No entanto, é importante ressaltar que essa perspectiva equivocada associa

as variações linguísticas à falta de desenvolvimento dessa consciência. Porém, destacamos que as intervenções no discurso dos alunos do Ensino Fundamental I devem ocorrer apenas quando há troca de pares mínimos e não de alofones, uma vez que isso pode alterar o sentido das palavras e dificultar a comunicação. De forma semelhante, a Professora D também reconhece “erros” no ensino de línguas. Para ela, isso está relacionado à “construção da linguagem formal”, e os alunos ainda estão em processo de desenvolvimento da fala, conversação e ampliação do vocabulário. Essa perspectiva indica que a Professora D acredita que na escola é necessário manter a formalidade, e qualquer variante linguística que se afaste dos padrões formais será combatida, uma vez que os alunos estão ali para “construir” sua fala e ampliar seu vocabulário.

Ao afirmar isso, a docente negligencia todos os letramentos vernáculos dos alunos, assim como sua diversidade cultural. Essa abordagem nos remete ao que Bortoni-Ricardo (2005) menciona sobre a existência de duas correntes em relação ao erro: uma que considera o erro como uma deficiência do aluno e outra que o entende como diferenças entre variedades linguísticas. Na primeira perspectiva, o erro é superestimado e associado a questões cognitivas e sociais. Segundo Bagno (2004), a principal consequência do elitismo e do caráter não científico da gramática normativa foi o surgimento da noção de erro, pois tudo o que não está de acordo com essa metalinguagem é estigmatizado e considerado “feio”, “deselegante”, etc.

No entanto, os estudos linguísticos modernos comprovam que, nas línguas, não há erros. Nessa ótica, a segunda perspectiva considera que a linguagem é constituída por variação e mudança em curso, portanto, não há erros na oralidade. Essas perspectivas contrastantes sobre o erro demonstram a importância de uma abordagem que valorize as variações linguísticas e reconheça a diversidade linguística como parte intrínseca da língua e das práticas comunicativas.

Nessa perspectiva, a Sociolinguística Educacional, nas palavras de Bortoni-Ricardo (2005), considera pedagogicamente incorreta a incidência do erro sobre o estudante, uma vez que isso pode gerar sentimentos de humilhação, bem como bloqueios no processo de aprendizagem. Nesse sentido, é defendida uma pedagogia que esteja atenta e aberta às diferentes culturas dos alunos, reconhecendo as diferenças entre a cultura interna e externa à escola. Segundo

a autora, as concepções de erro nos contextos de fala originam-se de uma má interpretação da gramática normativa, pois o erro ortográfico representa uma transgressão de um código convencionado e prescrito pela ortografia, e erros ortográficos são avaliados de forma muito negativa (BORTONI-RICARDO, 2005). Portanto, a ortografia é um código que não permite variações, ao contrário da língua oral, que é repleta de variações.

Dos excertos acima, o único que está amparado em uma perspectiva sociolinguística é o #15, disponibilizado pela Professora E, que defendeu a impossibilidade de pensar na língua enquanto algo que encaixa entre “certo” e “errado”, pois, para ela “ há diferenças na variedade do português” por isso, é preciso considerar “ o contexto” e o “seu valor”. Diante desse cenário, o professor deve encontrar formas efetivas de conscientizar os educandos sobre as diferenças linguísticas. Com o intuito de compreender melhor as práticas de ensino das docentes, perguntamos a elas qual é o papel do professor diante da diversidade linguística do aluno.

Excerto #16

Respeitar cada singularidade. É de suma importância que o professor trabalhe estas diversidades em suas aulas, sempre explicando o correto, mas nunca desvalorizando essa diversidade. (Professora A - informação verbal)

Excerto #17

Acredito que seja o de respeito, não deixando de fazer que ele (aluno) entenda as diferenças entre o falar e o escrever. (Professora B - informação verbal)

Excerto #18

Acredito que seja o de acolher e entender buscando levar o aluno à compreensão sobre esse contexto. (Professora C - informação verbal)

Excerto #19

É um momento rico de possibilidades para o professor trabalhar com a diversidade cultural, inclusive no combate ao preconceito e discriminação. (Professora D - informação verbal)

Excerto #20

Ensinar aos alunos que não existe forma “correta” ou “errada” de falar, mas formas adequadas aos diversos meios de comunicação, pois a língua é heterogênea.

A partir das respostas, identificamos que a Professora A reforça o estigma do professor como aquele que detém o conhecimento da norma culta, pois para ela, esse profissional deve “sempre explicar o correto”. Ao dizer isso, ela assegura que as outras variações da língua faladas pelos alunos são incorretas, entretanto, assegura que o professor “nunca pode desvalorizar a diversidade.”. Porém, a partir da Sociolinguística Educacional, tal posicionamento nos remete ao que advoga Bagno (2004, p.27), quando diz que “as gramáticas tradicionais simplesmente fizeram uma escolha e decidiram abrigar em suas páginas somente algumas poucas regras no universo variadíssimo de regras gramaticais que existem, por exemplo, na língua portuguesa falada no Brasil.” Ou seja, para o autor, todas as variações que ficaram de fora também têm sua razão de ser, pois para ele na língua, nada é por acaso: tudo tem uma explicação. Portanto, acreditamos no que reforça Bagno (2004) quando defende que ninguém fala “errado” porque é burro ou preguiçoso, mas sim, porque empregam regras gramaticais diferentes.

Ao nosso ver, o posicionamento da Professora A pode desencadear atitudes de preconceito linguístico. De modo contrário, a Professora D afirma que o papel do professor não é o de “corrigir” e assegurar o “correto”, mas sim “combater o preconceito e a discriminação” e não os fomentar. Com relação ao preconceito linguístico, Bagno (2004, p.38) afirma que ele “[...] se baseia na crença de que só existe uma única língua portuguesa digna de ser aceita, ensinada nas escolas”. Nessa perspectiva, o autor elucida que sob a ótica do preconceito linguístico qualquer manifestação linguística que escape desse triângulo escola-gramática-dicionário é invalidada.

Por outro prisma, a Professora B consegue diferenciar fala de escrita. Para ela, o papel do professor é “respeitar” as variações linguísticas e fazer com que os alunos saibam agir discursivamente em situações “faladas” e “escritas”. Em outros termos, utilizar variações adequadas para cada contexto. Na mesma perspectiva, a Professora C entende que o professor deve ser “acolhedor” e levar seus alunos

a compreenderem os diversos contextos de uso da língua. Por fim, a Professora E assegura que não existe forma “correta” ou “errada” de falar, mas, sim, formas adequadas aos diversos meios de comunicação, pois a língua é heterogênea e é papel do educador reconhecer isso. Tais perspectivas nos remetem às palavras de Bortoni Ricardo (2004) quando destaca que na língua oral, o indivíduo tem a variação ao seu dispor, cabendo-lhe aprender na escola e na vida a ajustar a variante adequada a cada contexto de uso.”

Para finalizar, indagamos as professoras se os materiais didáticos oferecidos para a Escola Onça Pintada articulavam discussões sobre a diversidade linguística. Vejamos o que dizem as docentes:

Excerto #21

Há muito o que se fazer para melhorar os materiais, mas, graças a tecnologia é possível complementar esse e outros conteúdos. (Professora A - informação verbal)

Excerto #22

Não respondeu. (Professora B - informação verbal)

Excerto #23

Não respondeu. (Professora C - informação verbal)

Excerto #24

Razoável, porque o conteúdo não é especificamente para esse tema, mas a partir dos textos, é possível fazer um paralelo com a nossa cultura e forma de falar. (Professora D - informação verbal)

Excerto #25

Os livros didáticos abordam temas relacionados à variação linguística, porém deve ser tratada com mais destaque. Percebo que a norma padrão da Língua Portuguesa é privilegiada nos conteúdos dos livros didáticos. (Professora E - informação verbal)

Conforme observado, as professoras B e C optaram por não responder à questão, o que nos leva a inferir que a discussão sobre diversidade linguística não

está presente nos materiais didáticos de suas turmas. No entanto, considerando suas respostas às questões anteriores, podemos deduzir que essa discussão fica a critério das professoras decidirem se irão abordá-la ou não. Do ponto de vista educacional, isso é um equívoco, uma vez que o DRC-MT assim como a BNCC, orientam que as escolas devem adaptar seus currículos às recomendações desses documentos, os quais destacam o ensino da oralidade sob uma perspectiva diversa da língua. No entanto, a Professora A não nega nem afirma se os materiais abordam tais discussões. Ela afirma que “há muito o que se fazer para melhorar”, o que nos leva a pensar que a diversidade linguística não é priorizada nesses recursos. No entanto, ela indica que trabalha essas questões, uma vez que “graças à tecnologia é possível complementar esse e outros conteúdos”. Ou seja, assim como indicado pelas professoras B e C, cabe ao pedagogo decidir se irá abordar esse ponto de vista sobre a linguagem em suas aulas.

Por outro lado, a Professora D afirma que os materiais são “razoáveis” no que diz respeito às discussões sociolinguísticas, isso se dá, pois, conforme a docente, o “conteúdo não é especificamente para esse tema”, mas a partir dos textos selecionados para suas aulas, ela alega ser “possível fazer um paralelo com a nossa cultura e as formas de falar”, ou seja, assim como as outras professoras, ela cria as condições para que esse trabalho ocorra.

Ao contrário das outras professoras, a Professora E revela que os livros didáticos abordam temas relacionados à variação linguística. No entanto, ela destaca que a prioridade está alinhada aos estudos da norma padrão, deixando as discussões sobre os gêneros orais e as variações linguísticas em segundo plano. Para refletir sobre essa realidade, destacamos a sugestão de Bortoni-Ricardo (2005) quando ela afirma que os livros didáticos poderiam incluir em suas unidades os diferentes níveis de uso da língua, bem como suas formas de expressão, desde o coloquial até o formal, abrangendo traços contínuos e descontínuos tanto na fala quanto na escrita. Isso deveria ser feito sem se limitar a aspectos estritamente lexicais, como muitos autores de Livros Didáticos de Português fazem.

Conclusão

O presente trabalho amparou-se na área da Sociolinguística Educacional e fez diálogos transdisciplinares com a Linguística Aplicada ao ensino de

línguas para refletir sobre o ensino de Língua Portuguesa nos anos iniciais. Para tanto, o estudo buscou compreender em que medida os professores pedagogos que ministram aulas nas turmas do Ensino Fundamental I da Escola Estadual Onça-pintada trabalharam as variações linguísticas em suas aulas de linguagem, conforme orienta os PCNs, BNCC e o DRC-MT.

Os dados mostraram que os professores articulam, mesmo que de forma tangenciada, discussões relacionadas às diversidades linguísticas nas suas aulas de linguagem, a partir de uma perspectiva interdisciplinar, visto que buscam em outras disciplinas como a História, criar situações para o trabalho com a variação linguística, tendo em vista que seus materiais didáticos não contemplam, ou pouco articulam a perspectiva sociolinguística do ensino de Língua Portuguesa e se limitam a discutir a gramática e contextos de uso da norma padrão.

Além disso, as professoras são guiadas pelas suas concepções de língua e ensino adquiridas em sua formação inicial no curso de pedagogia que, conforme apontado, foi de suma importância para o desenvolvimento de situações para o trabalho com a pluralidade linguística, tendo em vista que os documentos que regem a educação brasileira embora mencionem a relevância desse trabalho, como a BNCC nas habilidades EF35LP11, EF35LP21, EF35LP22, EF35LP30. e a Competência 10 e a habilidade EF35LP11 no DRC-MT, carecem de orientações metodológicas para esse trabalho.

Por fim, identificamos um desalinhamento dos materiais didáticos utilizados pelos professores com o que recomendam esses documentos. Desse modo, embora seja um estudo de caso baseado em um contexto específico, a pesquisa apresentou rupturas nos processos educativos que precisam ser corrigidos, por exemplo, a partir de formações continuadas específicas, aproximação da universidade e da escola, qualificação e atualização dos docentes, sobretudo, o desenvolvimento de uma postura de professor pesquisador (BORTONI-RICARDO, 2008), isto é, aquele para além de ensinar, investigar suas práticas de ensino.

Nessa perspectiva, espera-se que este estudo possa contribuir para eventuais práticas de ensino de professores da área da linguagem do Ensino Fundamental que buscam valorizar as variações linguísticas e a diversidade no contexto escolar.

Referências

BARTON, D.; LEE, C. **Linguagem online: textos e práticas digitais**. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

BAGNO, M. **Linguística da norma**. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. **Sete erros aos quatro ventos: a variação linguística no ensino de português**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

BERALDO, J. **Variações Linguísticas**. PREPARA ENEM. Disponível em: <<https://www.preparaenem.com/portugues/variacoes-linguisticas.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2022.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília, DF: MEC/SEF. 1997.

_____. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC. 2018.

BORTONI-RICARDO, S.M. **Português ou Brasileiro? Um convite à pesquisa**. Parábola Editorial, São Paulo, 2004.

_____. **Nada na língua é por acaso – por uma pedagogia da variação linguística**. São Paulo: Parábola, 2007.

_____. 2008. **O professor pesquisador: introdução à pesquisa qualitativa**. São Paulo: Parábola.

_____. **Manual de Sociolinguística**. São Paulo: Contexto, 2014 .

_____. **Heterogeneidade linguística e o ensino da língua: o paradoxo da escola**. In: BORTONI-RICARDO, Stella Maris. *Nos chegemos na escola, e agora? Sociolinguística e educação*. São Paulo: Parábola, 2005.

_____. **Educação em língua materna: a sociolinguística na sala de aula**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

CALVET, L, J. **Sociolinguística: uma introdução crítica**. Tradução de Marcos Marcionílio. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.

CAPOVILLA, A. G. S.; CAPOVILLA, F. C. Efeitos do treino de consciência fonológica em crianças com baixo nível socioeconômico. **Psicologia Reflexão e Crítica** 13 (1), p. 7-24, 2000.

COELHO, I, L; GORSK, E, M; MAY, G, H; SOUZA, C, M, N. **Para conhecer a sociolinguística**. - 1ª ed. São Paulo: Contexto, 2018.

ETTO, M, R; V, G. CARLOS. **Sociolinguística: o papel do social na língua**. Mosaico (Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas – UNESP) São José do Rio Preto, SP – Brasil, 2017.

FARACO, C. A. O desafio da implementação de uma pedagogia da variação linguística no ensino de língua materna. **Entrelinhas**, v. 11, n. 1, p. 132-134, 2017. Entrevista realizada por Carolina Knack. Disponível em:< <https://bit.ly/3PVLN5n>>. Acesso em 02 jun. 2022.

KARIM, J, M. **A variação na concordância de gênero no falar da comunidade de Cáceres-MT**. 2004, 142f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Universidade Estadual Paulista. Araraquara-SP, 2004.

LABOV, W. **Principles of linguistic change** (cognitive and cultural factors), v. 3. Oxford: Wiley-Blackwell. 2010.

_____. **Padrões sociolinguísticos**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

MARCUSCHI, L. A. **Da fala para a escrita: atividades de retextualização**. São Paulo: Cortez.2003.

MATO GROSSO. **Documento de Referência Curricular para Mato Grosso- Etapa Ensino Médio** (DRC-MT-EM- 2ª Versão preliminar - pós CEE). Cuiabá: SEDUC, 2021.

MOURA, R, B; GUILHERME, R, F, O; FUZA, A, F; HAUPT, C. A temática da variação linguística nos anos iniciais do ensino fundamental do documento curricular do Tocantins. **Revista Humanidades e Inovação**, v.8, n.64, p. 249-263, 2022.

OLIVEIRA, D, M; ANTUNES, CIRO, C. A variação linguística e o ensino de língua portuguesa. *In: ALMEIDA, F, A. Educação e linguagem: ensino, contribuições e discursos*. São Paulo: Científica Digital.2021, p.59-72

PAIVA, V. L. M. O. **Manual de Pesquisa em Estudos Linguísticos**. 1. ed. São Paulo: Parábola, 2019.

PATRIOTA, L, M; PEREIRA, P, R, F. O lugar da variação linguística na Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Letras Raras**, v. 7, n. 2, p. 289-307, 2018. Disponível em: <http://revistas.ufcg.edu.br/ch/index.php/RLR/article/view/1066>. Acesso em: 30 maio 2022.

SILVA, D, M.; MILANI, S, E. **Whitney, Saussure, Meillet E Labov: a língua como um fato social**. Anais do SILEL. Volume 3, Número 1. Uberlândia: EDUFU, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/3yrzR5e>>. Acesso em: 09 mai. 2022.

WEINREICH, W; LABOV, W; HERZOG, M. **Fundamentos empíricos para uma teoria da mudança linguística**. Trad.: Marcos Bagno: revisão técnica: Carlos Alberto Faraco. São Paulo: Parábola, 2006.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre: Bookman, 2005.